

# Capítulo 3: Avaliação Preliminar da Situação Sócio-Econômica dos Moradores do Baixo Rio Purus

L. Ciro Marcano, Eduardo Venticinquê & Ana Luisa K. M. Albernaz



Foto: Paulo Santos/Interfoto

## 3.1 Introdução

Na expedição ao baixo Purus mantivemos contato com diversas comunidades ao longo de aproximadamente 380 km de margens do baixo rio Purus, quando contatamos os líderes e os moradores das comunidades que compareceram às reuniões. Este documento é o produto da integração do esforço de cientistas, especialistas em desenvolvimento internacional, coordenadores de saúde, promotores comunitários e das próprias comunidades. O método empregado teve ênfase participativa, pois nossa idéia não era a de realizar uma investigação científica exata, mas sim a de mobilizar as comunidades e obter junto a elas dados qualitativos e quantitativos sobre aspectos espaciais, temporais e institucionais de seu modo de vida, essenciais para levar adiante planos de desenvolvimento nas diferentes comunidades.

Nosso esforço pretendeu reunir as lideranças comunitárias da área do baixo Purus, no estado do Amazonas, e apresentar uma proposta para que seja criada na área uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS). O objetivo de se criar uma RDS na região consiste em

estabelecer bases para o manejo dos recursos naturais, ao mesmo tempo em que se possa melhorar a qualidade de vida dos habitantes locais. Não é possível se pensar em desenvolvimento sustentável de uma região sem partir dos conhecimentos e potencialidades culturais dos habitantes locais.

### 3.2 Métodos

Ao longo da Expedição, procuramos contactar comunidades que fossem diferentes em termos de tamanho, ambiente (terra firme/floresta alagada) etnia e credo religioso. Além disso, procuramos cobrir comunidades ao longo de todo o trecho do Purus, entre a REBIO-Abufari e a confluência com o rio Solimões. Uma vez selecionada uma comunidade, um grupo de 4 a 6 pessoas fazia um contato prévio com a comunidade e/ou líder para agendar uma reunião. Este grupo era formado por três Promotores Sociais (Antônio Martins, Oscarina dos Santos e Raimundo dos Reis) do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM), guiados pelo Agente de Saúde Agostinho da Silva, da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), que há décadas atua no baixo rio Purus e conhece grande parte das pessoas residentes na região. Na maioria das vezes dois pesquisadores também compuseram a equipe. Em algumas situações as reuniões aconteceram logo no primeiro contato, mas a maioria delas foi agendada para outra hora ou dia, com a intenção de que participasse o maior número de pessoas possível, representando os distintos setores das comunidades.

Nas reuniões, após uma apresentação prévia feita pelo Sr. Agostinho, os demais membros da equipe se apresentavam. As reuniões foram informais e ocorreram nas sedes

sociais, nas igrejas, ou na casa de moradores. Inicialmente era ouvido dos moradores percepções do dia-a-dia, suas dificuldades, conflitos e expectativas para a região do baixo Purus. A seguir, os promotores sociais relatavam as suas vivências dentro das Reservas de Desenvolvimento Sustentável do Mamirauá e do Amanã. Por fim, foi feita uma consulta com os presentes quanto a sua opinião sobre a possibilidade do Governo do Estado do Amazonas criar uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável no baixo rio Purus.

### 3.3 A População

A área proposta para a RDS do Purus ocupa frações de quatro municípios (Fig. 2.6, Capítulo 2), e contém cerca de 85 comunidades, das quais 21 foram visitadas (Tab. 3.1; Fig. 3.1). Nas comunidades pratica-se uma economia tradicional de subsistência (agricultura de corte e queima, pesca, caça e extração de madeira e de produtos da floresta), combinada com um comércio por via fluvial, que se torna mais intenso com a proximidade da cidade de Beruri. As casas, em sua maioria de madeira com teto de zinco, geralmente abrigavam famílias estendidas. Apesar de não ter sido realizado um censo detalhado, os casais consultados tinham em média 5 ou 6 filhos.

### 3.4 A Colonização do Baixo Purus

Os índios de etnia Apurinã e Mura foram os habitantes originais da região. A bonança econômica da borracha no final do século passado provocou uma imigração nordestina (principalmente do Ceará) que até agora, junto com a herança indígena, empresta identidade às comunidades ribeirinhas. A comercialização da borracha teve um novo pico, mas em menor escala, nos anos quarenta, devido à Segunda Guerra Mundial. Outro momento de fartura

**Tabela 3.1.** Lista das comunidades visitadas no Baixo rio Purus na Expedição I em junho de 2001, e informações sobre data das visitas, região, nome da comunidade, formação étnica, número de casas, de habitantes e de famílias (Fam); e opinião das comunidades sobre a criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável no Baixo rio Purus (Opinião). L. = lago; P. = paranã; CF = casa flutuante. I = indiferente; F = favorável.

LOCAL	DATA	REGIÃO	COMUNIDADE	FORMAÇÃO	CASAS	HABITANTES	FAM.	OPINIÃO
1	03/06	L.Sacado	N. S. Guadalupe	Apurinã	6	42	5	I
2	03/06	L.Sacado	São José	Ribeirinhos	6	32	10	F
3	05/06	Três Bocas	São Francisco	Ribeirinhos	11CF	40	15	F
4	06/06	L.Campina	Beabá	Ribeirinhos	50	-	-	F
5	06/06	L.Campina	Bom Jesus	Ribeirinhos	4C, 2CF	-	7	F
6	07/06	L. Jari	Nova Esperança	Ribeirinhos	5	-	5	F
7	07/06	L. Jari	Monte Horebe	Ribeirinhos	16	80	13	F
8	07/06	L. Jari	Santa Luzia	Ribeirinhos	9	32	9	F
9	08/06	L. Jari	Santo Antônio	Ribeirinhos	8	40	8	F
10	08/06	V. Arumã	Santa Rita	Ribeirinhos	7	48	8	F
11	08/06	V. Arumã	São José	Ribeirinhos	14	-	-	F
12	09/06	V. Arumã	Deus é Amor	Mista	-	126	-	F
13	09/06	V. Arumã	São Lázaro	Ribeirinhos	45	240	40	F
14	09/06	V. Arumã	N. S. de Nazaré	Ribeirinhos	43	-	47	F
15	10/06	L. Ayapuá	Laranjal	Apurinã/mista	-	210	-	F
16	10/06	L. Uauaçú	São João	Ribeirinhos	16	-	16	F
17	11/06	L. Matias	Deus é amor	Ribeirinhos	23	-	25	F
18	12/06	P. Itapuru	Itapuru	Ribeirinhos	83	572	83	F
19	12/06	P. Cuianã	Cuianã	Ribeirinhos	62CF	600	90	F
20	13/06	L. Surara	Surara	Ribeirinhos	32	-	47	F
21	13/06	P. S. Tomé	São Tomé	Ribeirinhos	20CF	-	18	F

para a região foi devido ao comércio de peles de animais nos anos 50, e, mais recentemente, com o comércio de madeira. Esses períodos de maior atividade econômica, baseados no extrativismo, sem dúvida afetaram os recursos naturais da região do baixo Purus, mas deixaram poucos assentamentos permanentes na área e extensos habitats de várzeas, igapós e terra firme aparentemente intactos.

Segundo informação proporcionada pelos moradores da localidade Três Bocas, com a criação da REBIO-Abufari no médio rio Purus em 1982, grande parte dos moradores foram desalojados (cerca de 600 famílias) e a maioria deslocou-se para o baixo Purus. No início dos anos 90, a ação mais ostensiva do IBAMA/AM limitou a extração de madeira, com a pesca

(Capítulo 5) e a caça (Capítulos 6 e 7) passando a ser os componentes mais importantes da economia do baixo Purus. Atualmente, segundo estimativas do Presidente da FEPESCA, Walzenir Falcão, aproximadamente 60% do pescado que abastece Manaus provém do rio Purus. Paralelamente, as bacias do Purus e do baixo rio Solimões, são atualmente as áreas de maior produção ilegal de carne de jacaré do mundo (Capítulo 7).

A população das comunidades atuais do baixo Purus é composta principalmente por famílias descendentes dos “soldados da borracha”, que se instalaram na área cerca de cinco gerações atrás. Ainda existem casos de proprietários, pelo menos três no baixo Purus, que mantêm a posição de patrões, como nos antigos

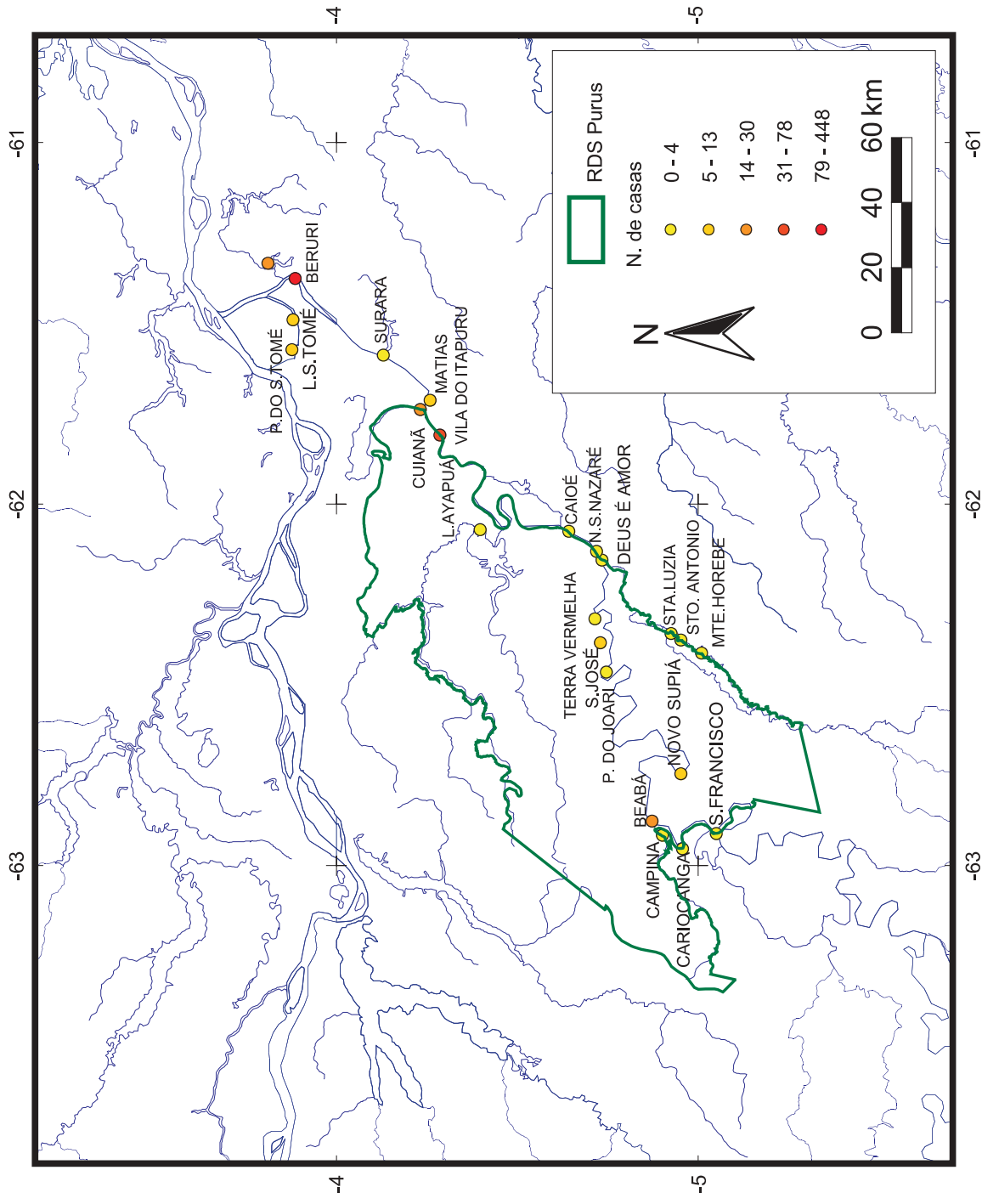


Figura 3.1. Localização de algumas comunidades na região do Baixo rio Purus e suas classificações segundo o número de casas.

seringais. Estes padrões permitem o assentamento de comunidades em uma porção de suas terras, e estas dependem dele social e economicamente. Em alguns casos, o próprio padrão se encarrega da coleta de castanhas-do-Brasil (*Bertholettia excelsa*) em sua propriedade, e em outros deixa esta exploração a cargo das comunidades assentadas em suas terras.

### 3.5 A Organização das Comunidades

As características do ciclo hidrológico da área do baixo Purus, com uma variação sazonal do nível da água por volta de 12 m, faz com que os moradores se organizem em comunidades flutuantes, que em sua maioria tem um núcleo em terra firme, onde se assentam os serviços comunitários – em geral uma sede comunitária, escola, igreja e/ou templo. O nível de organização dos ribeirinhos varia de acordo com a distância para as cidades, a crença religiosa e basicamente o número de habitantes que compõem a comunidade ou povoado. Beruri, uma cidade próxima à boca do rio Purus, é o centro comercial e prestador de serviços para o baixo Purus. A distância de Beruri a cada uma das comunidades e povoados determina a intensidade do intercâmbio comercial, assim como o gasto público do governo para a prestação de serviços, principalmente médicos e educacionais.

No intercâmbio comercial, têm grande importância os geleiros (barcos de pesca providos de caixa de gelo para conservação do pescado), os regatões (barcos de troca de mercadorias industrializadas, como óleo, café e açúcar por produtos naturais, como peixes, caça e madeira) e os recreios (barcos utilizados para o transporte de passageiros, mas que transportam também cargas comerciais) que circulam pela área. A frequência dos recreios de Lábrea para Manaus e vice-versa é semanal. A impor-

tância dos geleiros, regatões e recreios (Capítulo 5) se deve a que não existem estradas na região e todo o transporte de pessoas e da produção é feito pelo rio Purus.

Outro fator importante que define as comunidades é sua crença religiosa. No baixo Purus estão presentes três religiões: a católica, a protestante ou evangélica e os pentecostais. A ação dos distintos credos é diferente ao longo do rio, existindo comunidades, como a do lago do Matias, que são completamente assembleístas, ou comunidades como Surara, onde os três credos convivem sem maiores problemas. Das 21 comunidades visitadas no baixo Purus, em 20 obtivemos informações da religião professada: 75% eram católicas, 10% evangélicas e em 15% dos casos os dois credos eram praticados (Tab. 3.2). Entre as comunidades evangélicas, somente uma era Pentecostal e as demais da Assembléia de Deus.

As relações entre os ribeirinhos e os indígenas na área também variaram. No caso do lago Ayapuá, a tuchaua Olga Serafim mantém uma relação cordial com os ribeirinhos, enquanto as populações Apurinã do lago Sacado de Santa Luzia e os ribeirinhos da mesma área possuem relações mais hostis. Os mais favorecidos nestas situações são os empresários donos de geleiros, que aproveitam para negociar com os indígenas os direitos de pesca em seu território, área cujo uso é restrito para os ribeirinhos. Nesta área, os ribeirinhos, vizinhos dos Apurinã, nos relataram que estes mudam a placa da FUNAI, inclusive para fora da terra indígena, de acordo com a conveniência, para barrar ou autorizar as atividades dos geleiros. Informações mais detalhadas sobre as comunidades indígenas localizadas na área da RDS Piagaçu-Purus estão no capítulo 4.

**Tabela 3.2.** Número de comunidades (N) por formação étnica e religião que professam, entre as 21 comunidades visitadas no Baixo rio Purus. Mista são aquelas que professam as duas religiões, ou são formadas pelos dois grupos étnicos. Em uma das comunidades essa informação não foi coletada.

Comunidades (N)	Religião	Formação
12	Católica	Ribeirinha
2	Evangélica	Ribeirinha
2	Católica	Indígena
0	Evangélica	Indígena
1	Católicos	Mista
3	Mista	Ribeirinha

As comunidades pequenas são em geral produto da união de uma ou mais famílias que decidem unir seus flutuantes. Neste tipo de comunidade, a vontade de autogestão é muito grande, e enquanto os homens se dedicam a prover a subsistência, as mulheres se organizam para educar os filhos em escolas improvisadas em uma das casas. Nessas comunidades, o nível de higiene é em geral muito alto e as crianças reluzem rosadas. Há também comunidades pequenas que, devido à proximidade, começam a integrar-se a um povoado, como o caso de Vila do Arumã, composta por cinco comunidades localizadas muito próximas umas das outras, mas que não chegam a articular-se socialmente.

Existem comunidades organizadas ao redor do patrão/proprietário como mencionamos, que se encarrega de articular economicamente a comunidade, como é o caso do Beabá, onde o Sr. Ozimar, proprietário da área, representa a comunidade diante dos geleiros e do IBAMA. Estas comunidades apresentam uma forte dependência do apadrinhamento do proprietário.

### 3.6 Associações Comunitárias

Tem havido várias tentativas de associações entre os habitantes das comunidades, principalmente com a idéia de formar associa-

ções de pescadores. Em algumas comunidades, tais grupos reportaram ter contato com associações de pescadores estabelecidas em Beruri e Manacapuru. No entanto, a organização mais atuante atualmente na região do baixo Purus é a que diz respeito ao Futebol. A prática deste esporte é motivo de orgulho para os habitantes, especialmente os homens jovens. Cada comunidade conta com um campo de futebol, assim como com um ou vários times, e é freqüente, a realização de torneios entre comunidades vizinhas.

### 3.7 Qualidade de Vida das Populações

As populações do baixo Purus apresentam variação quanto à sua qualidade de vida. O principal problema é a atenção à saúde (Tab. 3.3). Os contrastes começam pela diferença entre as casas e a higiene. Existem algumas comunidades que têm princípios de higiene e limpeza que contribuem para o bom estado de saúde de seus habitantes, especialmente crianças. Ao contrário, em outras comunidades é evidente o descuido com a higiene, o que causa uma alta incidência de crianças com verminoses e aspecto doentio. Uma das queixas mais freqüentes dos habitantes com relação a aten-

ção em saúde tem a ver com a pouca cobertura e flexibilidade da mesma. Os programas de prevenção se limitam a campanhas contra epidemias (controle de dengue e malária), deixando de lado outros aspectos do atendimento como contar com um serviço de transporte para os promotores de saúde, ou a dotação de medicamentos para os agentes. Outros problemas fundamentais são o abastecimento de água potável para a população e a inexistência de formas adequadas de disposição do lixo.

### 3.8 O Uso dos Recursos Naturais

Devido às restrições impostas pelo ciclo sazonal do nível do rio Purus, existe uma alternância das atividades de subsistência exercidas na região. Durante todo o ano pratica-se a pesca (Capítulo 5), a caça de jacarés (Capítulo 7) e algumas vezes de peixes-boi (Capítulo 6). As comunidades indígenas e ribeirinhas caçam basicamente os mesmos animais, apesar das duas comunidades indígenas terem relatado que não usam arma de fogo na caça. Os animais caçados pelas comunidades foram: anta (*Tapirus terrestris*), capivara (*Hydrochaeris hydrochaeris*), quelônios (*Podocnemis* spp), paca (*Agouti paca*), peixe-

boi (*Trichechus inunguis*), porcos (*Pecari tajacu*, *Tayassu pecari*), tatu (*Euphractus* sp.), veado (*Mazama americana*) e algumas espécies de aves (Tab. 3.4). Em quatro comunidades, os moradores disseram que não podem caçar jacarés por causa da proibição do IBAMA, sendo um indicativo de que exercem ou exerciam esta atividade. Na comunidade Surara, encontramos jacarés mortos para comércio da carne (Capítulo 7).

Durante a seca, o pescado é abundante e a pesca é a atividade principal. A pesca é praticada no rio Purus e nos corpos de água adjacentes, e diferentes famílias podem associar-se para esta atividade, que pode durar mais de uma semana (Capítulo 5).

Na terra firme, as atividades agrícolas (queima/roça e plantio) se dão principalmente quando o nível de água ainda está alto, mas as chuvas já diminuíram. Nas várzeas, a agricultura é praticada durante a seca. As roças em geral são familiares, não maiores do que 1 ou 2 hectares e estão próximas aos assentamentos. Os homens dedicam-se principalmente ao corte e queima de roça, e as mulheres encarregam-se de limpá-las, fazer farinha, fabricar óleos de

**Tabela 3.3.** Número de vezes que as comunidades indígenas (n = 1) e ribeirinhas (n = 8) citaram cada tipo de enfermidade.

ENFERMIDADE	INDÍGENA	RIBEIRINHO
Doença de pele	1	0
Febre	1	4
Gripe	1	5
Hepatite	0	2
Malária	1	6
Verminose	1	1

andiroba e de copaíba, e dar aulas para as crianças, além de preparar os produtos da caça. Eles plantam banana, batata, cana, cará, feijão-de-praia, jerimum, mandioca/macaxeira, milho, melancia e sorgo (Tab. 3.4). Seis comunidades reclamaram da falta de orientação técnica e financiamento para a agricultura, e de estrutura para o escoamento da produção.

A coleta de castanhas-do-Brasil (*Bertholettia excelsa*) realiza-se na época de chuva, entre os meses de março e maio. Os

moradores criam animais domésticos (galinha, pato e gado bovino), todos em pequeno número, mesmo nas comunidades de terra firme.

A extração de látex não foi citada nenhuma vez durante as conversas ou reuniões, apesar da área ter um histórico ligado à exploração da borracha e ainda possuir seringais plantados. Provavelmente isto se deve ao baixo preço atual do produto, que também deixou de ser explorado em outras áreas da Amazônia por esta razão. No entanto, os seringais estão lá, e

**Tabela 3.4.** Número de comunidades indígenas (n = 2) e ribeirinhas (n = 15) que citaram os tipos de animais que caçam, as frutas e legumes que cultivam, e os produtos florestais e não florestais extraídos.

	Indígena	Ribeirinha
<b>Animais Caçados</b>		
Anta	1	2
Aves	1	1
Capivara	0	1
Paca	1	2
Peixe-boi	0	2
Porcos	1	1
Quelônios	0	5
Tatu	1	1
Veado	1	1
<b>Agricultura</b>		
Banana	1	11
Batata	0	1
Cana	0	1
Cará	1	5
Feijão-de-praia	0	3
Jerimum	0	1
Mandioca/macaxeira	1	14
Milho	0	7
Melancia	0	2
Sorgo	0	1
<b>Extrativismo</b>		
Castanha-do-Brasil	2	3
Folhas de palmeiras	1	1
Andiroba	0	1
Copaíba	0	1
<b>Madeira</b>		
Subsistência	2	7
Venda	0	5
<b>Pesca Ornamental</b>		
	0	1

podem ser um recurso importante se forem desenvolvidas estratégias para um melhor sistema de produção e comercialização do látex, ou de formas de agregar valor ao produto.

### **3.9 Desenvolvimento Sustentável e Uso dos Recursos**

A ausência de políticas adequadas com os moradores do baixo Purus está levando a uma deterioração ambiental, sócio-econômica e cultural da área, podendo estar ameaçando a biodiversidade local. Este fato já foi alardeado na década de 40 na região do rio Purus (Nunes Pereira, 1944). Em sete comunidades visitadas os moradores afirmaram que já sentem a diminuição dos estoques pesqueiros. Na comunidade São Tomé, a pesca ornamental foi uma das atividades mais importantes em anos passados. No entanto, devido a problemas na negociação com os compradores e a falta de tecnologia, esta atividade foi abandonada pela comunidade.

A extração dos recursos naturais por agentes externos muitas vezes não é encarada como um atentado ao modo de vida local, pois a população local não considera que os recursos de seu entorno devam ser defendidos. Pela legislação ambiental pertinente, um morador local que extrai recursos para sua subsistência tem direitos equivalentes aos de um usuário proveniente de outras regiões, cuja finalidade única pode ser extração de recursos, sem que esta atividade gere benefícios para as comunidades locais. Por outro lado, em certas ocasiões alguns patrões e comunitários fecham os lagos e assumem direitos exclusivos sobre eles.

### **3.10 Conflitos pelo Uso dos Recursos Naturais**

No baixo Purus existem conflitos entre os ribeirinhos e indígenas, dentro desses grupos, assim como com pessoas de fora que utilizam a

região para atividades de cunho extrativista (Tab. 3.5). Existem certos conflitos de interesses no uso dos recursos que ocorrem em zonas específicas no baixo Purus. Como a amortização dos conflitos é um aspecto importante do manejo dos recursos naturais, cabe destacar alguns dos conflitos narrados, como os existentes entre:

a) Peixeiro vs ribeirinho: os peixeiros, geralmente melhor equipados, competem com os ribeirinhos pela obtenção do pescado. Em geral esses geleiros realizam a despesca de lagos próximos às comunidades, sendo que poucas vezes algum recurso é deixado para a comunidade que supostamente usa tradicionalmente aquele lago. Alguns moradores relataram que alguns geleiros deixam diesel para alimentar o gerador de algumas comunidades. Muito embora o conflito com geleiros seja citado em várias comunidades, sempre que encontramos geleiros nas comunidades, os pescadores pareciam bastante integrados com as comunidades. Assim, torna-se necessário fazer uma ressalva que nem todos os geleiros tem problemas com as comunidades da área.

b) Proprietário vs Morador: atualmente não é um conflito percebido pelos moradores na região do baixo Purus, em que na maioria das comunidades as pessoas mal têm títulos de propriedade. Nas áreas que passamos onde existia este tipo de conflito, embora as pessoas demonstrassem um descontentamento por ter suas atividades vinculadas à atividade do patrão, em algumas destas áreas as comunidades pareciam ter mais condições de saúde e higiene, sendo que algumas continham até pequenos comércios que por vezes eram do patrão. No entanto, ao avançarem as discussões sobre o manejo de recursos, é possível que se criem

**Tabela 3.5.** Número de comunidades indígenas (n = 2), ribeirinhas (n = 13) ou mista (n = 1) que citaram cada tipo de conflito. Mista são aquelas formadas pelos dois grupos étnicos.

<b>Conflito</b>	<b>Indígena</b>	<b>Ribeirinha</b>	<b>Mista</b>
Caçadores	0	2	0
Ribeirinhos	2	1	1
Índios	2	4	0
Geleiros	1	11	1
IBAMA	0	6	0
Madeireiros	0	2	0
REBIO-Abufari	0	1	0
RPPN	1	1	0
Situação fundiária	0	2	0

novas demandas de uso pelos moradores que não estejam em concordância com os direcionamentos do proprietário e que este conflito se acentue.

c) Indígena vs Ribeirinho: As áreas indígenas, que estão em expansão e ocupam algumas das partes mais produtivas da região, não estão disponíveis para uso dos ribeirinhos. Algumas comunidades já foram deslocadas devido à criação de terras indígenas, e, pelo menos uma delas, está sob risco de novo deslocamento. Em um caso como este, a comunidade perde suas áreas habituais de pesca e todas as suas benfeitorias (casas, casas de farinha, roças e outras plantações). Outro fato que incomoda os ribeirinhos é que, embora, muitas vezes seus avós já tenham nascido naquela região, eles até hoje não têm o título da posse da terra enquanto que os índios passam a ter a posse de grandes áreas.

d) IBAMA vs. Peixeiro-Madeireiro-Ribeirinho: A pesca e a retirada de madeira só são legais mediante licenças que devem ser pagas ao IBAMA, e a retirada de madeira requer ainda um plano de manejo detalhado, que

especifique quantas e quais árvores serão cortadas, que indivíduos serão deixados para porta-sementes e qual o planejamento para a reposição dos indivíduos retirados, o que é muito caro e difícil de obter para os ribeirinhos, porque requer conhecimento especializado. Assim, a maior parte da exploração dos recursos naturais da área é feita de maneira ilegal, o que gera conflitos com o IBAMA, o órgão fiscalizador.

e) Ribeirinhos vs. RPPN: Na área do lago Uauaçu, próximo ao lago Ayapuá, a comunidade ribeirinha de São João, que fica na entrada do lago Uauaçu, relatou ter problemas com a ONG “Associação Amazônica para a Proteção de Áreas de Alta Biodiversidade”, que comprou a área de uma família com muitas terras na região do baixo Purus para criar uma RPPN (Reserva Particular do Patrimônio Natural). Segundo os moradores, essa ONG quer impedir os ribeirinhos de pescar, caçar e obter outros produtos na região do lago Uauaçu, atividades estas que tradicionalmente realizam aproximadamente há três gerações no local. No entanto a área contém grandes castanhais e os proprietários se mantêm a favor de que os

moradores explorem este recurso. Tivemos a oportunidade de conversar com dois moradores da comunidade São João no festejo de Santíssima Trindade no lago Ayapuá, sendo que estes são contra a criação desta RPPN. Estes moradores reclamaram que são mal informados pelos proprietários e que nunca foram consultados. A tuxaua da comunidade Laranjal (Apurinã – Olga Serafim), que localiza-se no paran que d acesso ao lago Uauaçu, ratificou os conflitos apontados pelos moradores da comunidade São João.

### **3.11 Futuro do Baixo Purus**

Na atualidade, os povos do baixo Purus vivem na ilegalidade no que tange o uso dos recursos naturais, estão conscientes disso, e via de regra estão revoltados e desestimulados com esta realidade. Por isso, as comunidades manifestaram grande vontade e interesse em conservar as florestas, os ambientes aquáticos e demais recursos naturais, conscientes de que são necessários para sua vida social e cultural, e para as geraes futuras.

Um Plano de Manejo, social e ambientalmente coerente, poderá ter sucesso se contar com a participação dos vários setores/atores que atuam na área, e principalmente, com o apoio das populaes locais, seus líderes e organizaes. Além das organizaes locais, diversas outras instituies atuam na área e por isso se constituem em potenciais parceiros na implementação da RDS. Entre estas, foram identificadas as seguintes:

(a) Representantes religiosos (Igreja Católica, Assembléia de Deus e possivelmente de outros cultos existentes na rea. Influenciam nas decisões através da respeitabilidade de seus líderes.

(b) IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Fiscaliza o uso dos recursos naturais na área.

(c) FUNAI – Fundação Nacional do ndio. Administra as áreas índigenas, que a rigor estão excluídas da área proposta para a RDS.

(d) FUNASA – Fundação Nacional de Saúde. Atua diretamente no controle de endemias e campanhas de vacinação, sendo uma das instituies mais presentes na área.

(e) COIAB – Coordenação Geral das Organizaes ndigenas da Amazônia Brasileira. Organização que reúne os povos índigenas na busca de sua autogestão.

(f) Prefeituras dos municípios. Responsáveis diretas pela atenção em saúde e educação em suas respectivas áreas.

(g) A ONG “Associação Amazônica para a Proteção de áreas de Alta Biodiversidade”, que gerencia a RPPN do lago Uauaçu. Em 13 de junho de 2001 procuramos pela Irmã Cristina em Beruri, que há décadas atua pela igreja Católica no baixo rio Purus, sendo muito respeitada e citada durante as reuniões com as comunidades. Infelizmente a Irmã Cristina encontrava-se enferma em Manaus, e na sua ausência conversamos com a Irmã Terezinha de Jesus Queiroz Maciel, que trabalha com a Irmã Cristina, e também  da COIAB. Nesta reunião estiveram presentes também os Srs. Odemilson Lima Magalhães (Agente da Pastoral) e Carlos Vicente da Silva (motorista), também da Prelazia de Beruri. Após a nossa explanação, os três se manifestaram favoráveis à criação da RDS-Purus e dispostos a colaborar na sua implementação.

### **3.12 Opinião da População sobre a Criação da RDS**

A grande maioria das 21 comunidades que consultamos foi favorável  criação pelo Governo do Estado do Amazonas da Reserva de

Desenvolvimento Sustentável do Purus, exceto os moradores da comunidade Apurinã de Nossa Senhora de Guadalupe, na região do lago Sacado, que não se mostraram muito interessados e disseram que para eles “tanto faz” e a comunidade de São Pedro, que preferiu não manifestar uma opinião devido ao fato de que o presidente da comunidade não estava presente. Grande parte dos moradores com que mantivemos contato já conhecia a Reserva Mamirauá através da televisão e do programa de rádio “Ligado no Mamirauá”, que é veiculado duas vezes por semana de Tefé. Essas pessoas “gostam do que está acontecendo no Mamirauá e gostariam de ter um sistema semelhante implantado no baixo rio Purus”. Ao término das nossas reuniões com as comunidades, as perguntas mais freqüentes foram: 1) “Esta Reserva vai ser criada logo?”, e 2) “Quando vocês vão voltar?”.

### **Agradecimentos**

Expressamos nosso profundo agradecimento e reconhecimento ao trabalho do Sr. Agostinho, Sr. Antonio, Sr. Raimundo e Sra. Oscarina, cuja participação foi essencial para o êxito no contato com as comunidades. Também agradecemos à tripulação do W.K. Kellogg por todo empenho prestado durante a expedição.

### **3.13 Bibliografia Citada**

Nunes Pereira, M.. 1944. *A Pesca no Rio Purus*. Boletim do Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro.